

Oração e ativismo social: narrativas das mulheres negras em igrejas evangélicas progressistas no DF, em período pandêmico e pós-pandêmico

Recebido: 18.04.24
Aprovado: 07.05.24

Elna Dias Cardoso¹

(<https://orcid.org/0000-0002-3618-7001>)

1. Doutora em Sociologia pela UFG. Pós-doutorado em Sociologia – PPGSOL/ Universidade de Brasília. Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal, Brasília, DF, Brasil. Colaboradora da pesquisa FAPDF/UnB (Edital 09/2022), Movimentos religiosos defensores dos Direitos Humanos no DF.

Resumo: Este artigo analisa as narrativas das mulheres negras evangélicas ativistas dos movimentos sociais a respeito do processo de composição e ordenamento das igrejas progressistas no Distrito Federal, no contexto da pandemia e pós-pandemia, apresentando dados empíricos para uma análise sociológica desses movimentos e suas intersecções entre gênero, raça e processos de aprendizagem não formais, mediante a realização de análise de jornais impressos, mídias sociais (2020-2022) e de narrativas de mulheres que integram esses movimentos. Nos repertórios analisados, observou-se que o contexto pandêmico suscitou mudanças nas atividades pastorais, seja na forma de olhar as necessidades emocionais e de sobrevivência material das pessoas naquele momento, assim como de propagar o Evangelho ao mundo. Essa anúncio vem acompanhada de demandas sociopolíticas e rupturas quanto às práticas conservadoras das igrejas, iniciando-se assim a construção de novos modos e lugares de enunciação das mulheres negras no campo religioso.

Palavras-chave: mulheres negras; movimentos sociais; movimento evangélico; processos de aprendizagem não formais; igrejas progressistas.

Prayer and social militancy: narratives of black women in progressive evangelical churches in DF, in the pandemic and post-pandemic period

Abstract: This article analyzes the narratives of black evangelical women activists of social movements regarding the process of composition and ordering of progressive churches in the Federal District, in the context of the pandemic and post-pandemic, presenting empirical data for a sociological analysis of these movements and their intersections between gender, race and non-formal learning processes, by analyzing printed newspapers, social media (2020-2022) and narratives of women who are part of these movements. In the repertoires analyzed, it was observed that the pandemic context led to changes in pastoral activities, whether in the way of looking at people's emotional and material survival needs at that time, as well as spreading the Gospel to the world. This announcement is accompanied by socio-political demands and ruptures with the conservative practices of churches, thus beginning the construction of new ways and places of enunciation for black women in the religious field.

Keywords: black women; social movements; evangelical movement; non-formal learning processes; progressive churches.

2. Compreendemos o ativismo social como o vínculo estabelecido com diferentes movimentos sociais ou organizações sociais de interesse coletivo.

Introdução

O contexto pandêmico, vivenciado em 2020, trouxe desafios nos diferentes âmbitos: na saúde pública (de ordem física e mental), na esfera socioeconômica e também no campo religioso. A Presidência da República, à época, publicou vários decretos que determinavam o afastamento social. Contudo, buscando atender as demandas dos líderes religiosos neopentecostais, o Decreto Presidencial nº 10.292/2020, que incluiu no inciso XXXIX a atuação religiosa de qualquer natureza como essencial, desde que seguidas as normas do Ministério da Saúde, provocou muitas críticas e debates na arena política. De um lado, os grupos evangélicos sublinhavam a assistência social oferecida pelas igrejas em prol dos necessitados, bem como o aconselhamento pastoral no momento em que muitas famílias vivenciavam o luto; do outro, movimentos políticos e cientistas reafirmavam a necessidade do afastamento social para a contenção do vírus.

Nesse cenário, a Justiça Federal do Rio de Janeiro suspendeu o referido decreto e, seguindo essa ótica, outros estados brasileiros também compreenderam os templos religiosos como serviços não essenciais e determinaram o fechamento desses espaços (Campos, 2020). Esse contexto conduziu as lideranças religiosas a buscarem outros canais de comunicação com seus fiéis, especialmente os recursos digitais, como Instagram, Youtube e Facebook.

Diante do exposto, este artigo propõe-se a analisar as narrativas de mulheres negras cristãs evangélicas participantes do ativismo social² a respeito do processo de composição e ordenamento das igrejas evangélicas progressistas no Distrito Federal, no contexto da pandemia e pós-pandemia, apresentando dados empíricos para uma análise sociológica desses movimentos e suas intersecções entre gênero, raça e processos de aprendizagem não formais, mediante a realização de análise dos jornais impressos e mídias sociais (2020-2022) e de narrativas de mulheres que integram esses movimentos.

Nossa intenção é propiciar algumas chaves interpretativas para a compreensão das interfaces do movimento evangélico no contexto brasileiro.

Para o desenvolvimento da pesquisa selecionamos os jornais de maior circulação no Distrito Federal –Correio Braziliense e Metrôpoles– e as postagens nas redes sociais *Instagram* e *Facebook*. A análise do material foi realizada, considerando o recorte temporal, no período de 2020 a 2022, e os documentos foram agrupados de acordo com a sua tipologia, natureza e conteúdo.

O *corpus* discursivo dos textos jornalísticos e das mídias sociais forma as imagens das mulheres negras evangélicas. São narrativas que sublinham o processo de (re) construção dos discursos propagados nos referidos documentos, sendo este um exercício de reflexão inspirado em Foucault (2009), que afirma que o discurso não tem apenas um sentido ou um conteúdo de verdade, mas uma história. Isso porque nossos objetos de pensamento estão diretamente relacionados a uma prática histórica. Neste trabalho, centralizamos nosso foco na leitura e reflexão das frases e cenários apresentados nos documentos analisados, para chegar o mais próximo das distintas práticas discursivas, buscando descrever a multiplicidade dos fatos e das coisas ditas, bem como observando como descrevem e quais as relações possíveis.

Para a leitura e reflexão dos jornais, seguimos as orientações de Jocelyn Létourneau (2011) a respeito dos caminhos de interpretação de uma fonte escrita. De acordo com o autor, a análise deve compreender quatro etapas: mapear as fontes; situar o documento em relação às indagações iniciais da pesquisa; analisar o material observando a organização e construção dos argumentos; e realizar avaliação final, que busca estabelecer o diálogo entre os fatos identificados nos jornais e o referencial teórico adotado pela pesquisadora.

No segundo momento da pesquisa, utilizamos entrevistas temáticas que versavam sobre a infância, a inserção nos movimentos sociais e na igreja evangélica, as aprendizagens construídas no movimento cristão evangélico e as transformações produzidas na formação sociopolítica, os diálogos e conflitos entre a identidade cristã e a identidade negra. Neste estudo, as interlocutoras da pesquisa são participantes dos templos religiosos mais representativos no campo das igrejas progressistas que tematizam as questões raciais: Igreja Coletividade e Igreja Cristã de Brasília. São mulheres autodeclaradas negras, que desempenham papéis estratégicos nos espaços em que atuam, residentes nas regiões administrativas do Distrito Federal e participantes de distintos movimentos sociais (negro, interreligioso, de mulheres evangélicas e educacional). As entrevistas foram realizadas virtualmente (três) e presencialmente (uma), com duração de uma a duas horas e foram gravadas. Três interlocutoras autorizaram o uso de seu nome no trabalho e uma o uso de pseudônimo.

Para fazermos essa discussão, organizamos este texto em quatro partes. Na primeira, apresentamos uma reflexão sobre o movimento evangélico progressista, concepções e principais pautas. Na segunda parte, refletimos sobre os discursos midiáticos, apresentando como as mulheres negras evangélicas aparecem nesses documentos. Na terceira, abordamos as vivências e aprendizagens das mulheres no processo de autoformação e elaboração de novos sentidos à vida no momento de

pandemia nas congregações religiosas. Por fim, empreendemos uma reflexão com o foco em questões que acreditamos que podem ser melhor exploradas no futuro ou por outros pesquisadores que buscam compreender as interfaces contemporâneas entre o movimento cristão evangélico, o ativismo social, a raça e o gênero.

Apontamentos sobre as Igrejas Progressistas

Os estudos sobre o Protestantismo no Brasil vêm crescendo gradativamente nos últimos anos no campo das Ciências Sociais (Silva, 2015; Mafra, 2001). Entretanto, ainda precisamos adensar o debate no que diz respeito à participação das mulheres negras nas igrejas protestantes.

O Protestantismo compreende diversas denominações cristãs derivadas da Reforma Protestante, que historicamente nele estão compreendidas: as igrejas luteranas, anglicanas, presbiterianas, metodistas, congregacionais e batistas. A partir do século XX, temos o surgimento das igrejas pentecostais e neopentecostais (grosso modo, evangélicas), e, mais recentemente, as igrejas ditas progressistas e/ou inclusivas, que tematizam a desigualdade social, o feminismo, os direitos da população LGBTQIAPN+, o racismo e a democracia. Esse último grupo transita entre os contextos assembleianos, mas também em espaços da Congregação Cristã do Brasil. Por exemplo, durante as eleições muitos adeptos dessas congregações religiosas, por não apoiarem a reeleição do ex-presidente Jair Bolsonaro, foram classificados como progressistas, mesmo não aderindo às pautas dessa corrente, como as de equidade racial, de gênero ou pró LGBTQIAPN+.

Contudo, há um contexto diverso nesse sentido, uma vez que existem cristãos de esquerda, considerados progressistas do ponto de vista político e ideológico, mas que não são adeptos de teologias contextuais, como, por exemplo, teologia *queer*, negra ou feminista. Esses aspectos sinalizam que o progressismo não está atrelado às denominações religiosas, mas a objetivos bem expressos, de construção de uma sociedade menos excludente socialmente e economicamente. Nesse sentido, as igrejas progressistas e/ou inclusivas evangélicas assumem o termo evangélico não só por seguirem o Evangelho de Jesus Cristo, mas também pela função agregadora do termo, no sentido de promover uma certa unidade entre as diferentes denominações, respeitando suas diferenças.

Na esteira desse debate, temos o trabalho de Cristina Vital (2021), que tematiza o movimento político evangélico de esquerda nas eleições de 2020 no Brasil, enfatizando que não há um consenso no que diz respeito à identidade político-religiosa

dos evangélicos participantes das igrejas denominadas como progressistas. Contudo, existem aspectos que são demarcados como progressistas pelos participantes desses grupos, tais como: o compromisso com a mudança social, a defesa de um Estado laico, o enfrentamento do racismo, da misoginia, da pobreza e da homofobia.

Marcelo Natividade (2017), ao analisar a relação entre religião e sexualidade nas igrejas pentecostais, em especial o entre cruzamento de linguagens religiosas e performances de gêneros igrejas que possuem como membros participantes pessoas gays, lésbicas, travestis e transexuais, nomeia esses espaços de “igrejas inclusivas”. A concepção principal dessas igrejas no referido estudo consiste na defesa da cidadania e do livre exercício da sexualidade. Essa compreensão coaduna-se com as ideias expostas no estudo de Vital (2021), ao falar de pautas comuns defendidas nas “igrejas progressistas”. Observa-se que os termos “progressistas” ou “inclusivos/as”, quando aplicados às congregações religiosas, dizem respeito a uma agenda que se reporta aos objetivos dos Direitos Humanos Fundamentais: proteção da coletividade, direito à livre expressão, enfrentamento das desigualdades sociais, econômicas, raciais, gênero, defesa de um Estado laico.

Nesse contexto de discussão, pontuamos dois estudos que dialogam diretamente com nosso campo de estudo: as pesquisas de Flávia Melo³ (2021) e de Vanessa Barboza⁴ (2019). Flávia Melo (2021) realiza um estudo etnográfico de seis coletivos⁵ de feministas cristãs, de diferentes segmentos religiosos⁶, articulados em torno de um grupo fechado no Facebook. A proposta apresenta as principais pautas desses movimentos, sendo elas: a descriminalização do aborto, o enfrentamento da violência, a denúncia contra o racismo, o diálogo interreligioso, a autonomia da mulher sobre o seu corpo e as dissidências de gênero e sexualidade. É um trabalho que apresenta o desejo de mudanças sociais e políticas das mulheres cristãs evangélicas, assim como o processo de luta e rupturas das narrativas patriarcais, diluindo os obstáculos aparentemente de conciliação conflituosa entre feminismo e cristianismo. O trabalho constitui uma importante fonte de reflexão para pensarmos as distintas configurações dos movimentos religiosos com pautas e agendas que inserem as questões de gênero e violência, articulando e tecendo diversas temporalidades, sociais e culturais, constitutivas de experiências singulares das mulheres cristãs.

Entretanto, é no trabalho de Vanessa Barboza (2019) que identificamos uma potente reflexão das intersecções entre gênero, classe, raça e religião. A investigação de caráter autobiográfico descreve que os processos educativos vivenciados nos movimentos sociais pelas mulheres negras oportunizaram aprendizagens no âmbito do exercício do poder, na esfera do conhecimento das pautas dos diferen-

3. Doutora em Antropologia Social (UFG) e docente da Universidade Estadual de Goiás. Pesquisadora participante do NER - UFG (Núcleo de Estudos de Religião) e integrante do Comitê Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia no estado de Goiás (COMEELG-GO), como representante da UEG. Atuou também como secretária executiva geral da RMNE.

4. Atualmente é fellowship no Program Inspired Individuals da organização internacional Tearfund, trabalha como Mobilizadora Sênior no Projeto Mapa do Acolhimento (Nossas Cidades), rede de solidariedade para mulheres em situação de risco. Integrou o Programa de Aceleração Feminina Negra Marielle Franco da organização Fundo Baobá para equidade racial (2020-2021). É Mestre em Educação, Culturas e Identidades (FUNDAJ/ UFRPE).

5. Evangélicas pela Igualdade de Gênero, Frente Evangélica pela Legalização do Aborto, Católicas pelo Direito de Decidir, Vozes Marias, Rede de Mulheres Negras Evangélicas e Projeto Redomas.

6. Nesses coletivos participavam mulheres cristãs católicas e evangélicas.

7. É pioneiro na exposição sistemática da teologia negra, apresentada em duas obras: Teologia negra e poder negro (1969) e Teologia negra da libertação (1970). Com a publicação desses livros e trabalhos posteriores, tornou-se uma das principais referências no campo teológico.

tes grupos sociais e na desconstrução de ideias que permeiam a concepção de autoridade. É nesse contexto de discussão que algumas questões despontam e ganham forma na proposta aqui apresentada, são elas: o corpo negro nos espaços privados e públicos, compreendendo aqui a igreja como um espaço fundamental na construção da identidade; a (re)criação dos movimentos de resistência negros; e as aprendizagens e saberes construídos nos processos participativos e suas influências na formação da mulher negra evangélica.

Neste trabalho adotaremos a expressão igrejas progressistas por duas razões: primeiro por esse ser o termo utilizado pelas interlocutoras da pesquisa, demarcando espaços e concepções que caminham na construção de novos olhares sobre os ensinamentos bíblicos; segundo por considerarmos que o termo expressa uma concepção abrangente das questões sociais e políticas no âmbito religioso, desenvolvendo discursos e práticas de acolhimento aos grupos socialmente excluídos (negros, LGBTQIAPN+, mulheres). Essa concepção se faz presente nos eixos propagados por essas congregações, tais como: a justiça social, o enfrentamento da desigualdade e a luta pela dignidade integral do ser humano.

No caso em tela, as congregações religiosas também se fundamentam na Teologia Negra, que possui como uma de suas principais referências James Cone⁷, teólogo estadunidense que trabalhou arduamente pela defesa da teologia da libertação negra. Nessa perspectiva, o amor divino estabelece diálogo com a libertação social e política dos oprimidos. A ideia de sofrimento é pensada a partir das Escrituras e compreendida “à luz da cruz e da ressurreição de Jesus e de nosso chamado para nos tornarmos sofredores libertados por Deus” (Cone, 2020, p. 244). Assim, complementa o teólogo, “há alegria em nosso sofrimento”, pois ele é a luta pela liberdade. O sofrimento desigual entre os grupos é visto como maligno, como constituinte do chamado cristão para a luta contra as iniquidades, “porque não há liberdade que seja independente da luta pela justiça” (ibidem, loc. cit.). Em suma, a compreensão do sofrimento que atinge grupos socialmente excluídos – como as pessoas negras – ampara-se nas “Escrituras e na experiência cristã negra que afirma que o Deus de Jesus é o Libertador dos oprimidos” (ibidem, p. 263).

A releitura bíblica rompe com as concepções dogmáticas sobre o sofrimento e fé, abrindo caminho para novas descobertas. Essa abordagem dialoga com as concepções de margem e centro de bell hooks, discutidas por Grada Kilomba em Memórias da plantaço (2019). A ideia de margem é pensada para não apenas como um espaço periférico, mas “sim como espaço de resistência e possibilidade” (Kilomba, 2019, p. 68), configurando-se como um ambiente de tensionamentos, nutridos por questionamentos, reflexões e elaboração de resistências. Nessa perspectiva, a

concepção de margem não exclui a dimensão da opressão, mas é ancorada também como local de resistência. Por conseguinte, “a opressão forma as condições de resistência” (ibidem, p. 69).

É nesse cenário social e político que as igrejas progressistas vinculadas às interlocutoras desta pesquisa questionam as estruturas eclesiásticas conservadoras e criam “lugares de possibilidades” – como diz Grada Kilomba (2019) – com narrativas que desestabilizam referências racistas, androcêntricas e patriarcais, formando-se, assim, o que Malcolm X denomina de “descolonização das mentes”, por meio de reflexões das experiências corpóreas e religiosas em direção a novos sentidos e atuações na realidade.

(Re)construção dos diálogos nas igrejas progressistas: como a imprensa e as mídias sociais apresentam as mulheres negras evangélicas?

Iniciamos nossa reflexão com o levantamento dos textos jornalísticos no período de 2020-2022, justamente no período da pandemia e já em momento posterior à sua fase mais aguda, com maior controle do vírus devido ao seu conhecimento, à vacinação e medidas sociais e pessoais de proteção. A análise teve como foco as reportagens nas quais as mulheres negras evangélicas apareciam no primeiro plano e/ou temáticas que se referiam a elas, o estudo foi norteado pelos seguintes questionamentos: como a mulher negra evangélica é captada, descrita e reelaborada nos textos jornalísticos? Que campos de poder se associam ou se defrontam nas afirmações descritas? Como a pandemia e seu enfrentamento estavam sendo mencionados nas matérias?

O mapeamento discursivo nos mostrou um número pequeno de textos descrevendo as mulheres nos jornais de grande circulação no Distrito Federal (*Metrópoles* e *Correio Braziliense*). Contudo, ainda que tenhamos um diminuto material, isso não o desqualifica para uma análise, pois os artigos apresentam densidade e singularidade no conteúdo expresso, possibilitando reflexões acerca das regularidades intrínsecas no próprio discurso e dos códigos de normalização que operam essas narrativas.

Encetamos nossa trajetória de análise aqui, com a matéria do jornal *Metrópoles* de 01 nov. 2020, intitulada “Geração de evangélicos influenciadores usa memes para falar de Deus”. O texto sublinha a nova configuração das mulheres evangélicas no

8. Documento assinado pelo Coletivo de Mulheres Negras Baobá; Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno (FM-NDFE); Frente de Evangélicas e Evangélicos pelo Estado de Direito; Movimento Social de Mulheres Evangélicas do Brasil (MOSMEB); Coletivo de Mulheres das Organizações Religiosas do Distrito Federal (COMOR-DF); Coletivo de Mulheres Protestantes (COMP); Aliança de Negras e Negros Evangélicos do Brasil (ANNEB).

Brasil, em especial sua influência nas redes sociais, apresentando mulheres mais comunicativas, que utilizam o humor para falar de temas cotidianos, sejam de ordem econômica, social ou relacional. Complementando esse quadro, temos no *Correio Braziliense* de 24 dez. 2021 uma notícia que destaca que 59% do segmento evangélico é formado por homens e mulheres negras/os, sendo em sua maioria composta por mulheres. Corroborando essa ideia, Vagner Silva (2011, p. 298) afirma que “há mais evangélicos negros do que praticantes das religiões afro-brasileiras e as religiões evangélicas são as que mais crescem no Brasil das últimas décadas”.

O cenário majoritariamente feminino no campo religioso evangélico também foi um atrativo no processo eleitoral presidencial de 2022, tornando-se “um pote de ouro nas eleições”, como afirma o *Correio Braziliense* (24 dez. 2021). A matéria explicita as ações dos candidatos ao pleito para atrair esse segmento, destacando que o olhar para o eleitorado evangélico deveria ser para além da defesa da fé e de uma agenda conservadora, pautando-se também nas demandas sociais, como acesso à moradia, emprego, problemas sociais e econômicos que se agravaram na pandemia da COVID.

No contexto pandêmico, o empobrecimento e a desestabilização emocional da população, especialmente das pessoas negras, levaram associações, coletivos e outros movimentos negros a reivindicar seus direitos e melhor qualidade de vida em diferentes instâncias governamentais. No jornal *Metrópoles* de 18 jan. 2021, coletivos⁸ demandaram o cumprimento da lei que fornece absorventes de graça para estudantes de escolas públicas e mulheres em situação de vulnerabilidade social no Distrito Federal, conforme previsto na legislação.

O material analisado até aqui diz respeito a uma narrativa jornalística que é construída por meio de estratégias comunicativas, como afirma Luiz Motta (2005), carregadas de intenções e objetivos. Trata-se, portanto, de um discurso narrativo que busca produzir os efeitos e sentidos desejados ao leitor em um determinado contexto, cumprindo assim sua função de criar um código comum de comunicação. Nesse sentido, observou-se que a narrativa jornalística no presente campo de estudo não problematizou os dogmas das igrejas evangélicas, as questões raciais também aparecem em temas gerais, tais como: “Trabalho e Formação profissional no âmbito da representatividade e cor” (*Correio Braziliense* 6 jun. 2021); “Orçamento Público e questão racial” (*Correio Braziliense* 14 jun. 2021); “Violência e Xenofobia racializadas” (*Correio Braziliense* 10 set. 2022); “Autora brasileira lança obra sobre a solidão das mulheres negras” (*Metrópoles* 28 nov. 2021); “Mulheres negras representam 38% da população desempregada em 2021” (*Metrópoles* 18 nov. 2021).

No que tange aos usos do espaço virtual no contexto da pandemia, observou-se sua potencialização, principalmente tanto na produção de discursos que buscavam reafirmar posicionamentos das igrejas, quanto na busca de dar continuidade no contato com os seus membros, bem como alcançar novos integrantes. Nas redes sociais, em especial no Instagram e Facebook, identificamos um repertório narrativo expressivo de concepções do protestantismo negro. São canais de comunicação criados e administrados por coletivos, associações e outras organizações sociais, o que possibilita uma maior liberdade de explanação das ideias nesses espaços. Os referidos recursos tecnológicos foram amplamente utilizados no período da pandemia, principalmente para a realização de lives, informativos diários e apoio ao difícil momento de isolamento social.

Para a análise das redes sociais, iniciamos nosso percurso com o grupo Rede de Mulheres Negras Evangélicas⁹ (RMNE), criado em 2019 e composto por 13 estados brasileiros e mais o Distrito Federal. A Rede é formada por mulheres vinculadas a diferentes movimentos sociais ou organizações sociais de interesse coletivo (movimento negro, movimento progressista evangélico, movimento de mulheres negras, partido dos trabalhadores, movimento interreligioso, movimento feminista). A organização possui caráter político e pastoral que se propõe a discutir e enfrentar os desafios das desigualdades sociais vividas pela população negra brasileira.

Dos documentos postados nas redes sociais (mais de 200 *posts*), dois chamam especial atenção: os Pilares defendidos pela Rede de Mulheres Negras Evangélicas e o Manifesto da Rede. O primeiro expõe os três pilares da Rede: o enfrentamento do racismo e sexismo estrutural, o engajamento social e o respeito pela diversidade. Em consonância com o referido documento, temos o Manifesto da RMNE, que apresenta as reivindicações do grupo, tais como: materiais didáticos de ensino religioso, em conformidade com as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, no que diz respeito ao ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena em todos os cursos oferecidos pelas organizações religiosas protestantes; o uso da linguagem inclusiva de gênero em materiais didáticos religiosos e em cerimônias e celebrações religiosas; a representação de pessoas negras na iconografia/imagens/materiais/produtos das/nas igrejas; e o estudo afrocentrado da Bíblia. O documento expressa um posicionamento de defesa da vida de todas as mulheres, proposição fundamentada no enfrentamento do racismo estrutural e na construção de uma educação religiosa antirracista e antissexista. Uma construção sobre a qual, segundo o coletivo, é preciso dialogar em todas as igrejas evangélicas.

Para dar seguimento a essas propostas, o grupo desenvolveu os projetos Meu Corpo é Templo (abril a junho de 2022) e Cidadã de Fé (com ações contínuas). O pri-

9. A Rede de Mulheres Negras Evangélicas é uma organização da sociedade civil com atuação na promoção da justiça e equidade racial por meio da assistência social, educação e defesa de direitos humanos para a população negra, em especial para a vida das mulheres negras. A Rede foi criada no 1º Encontro de Mulheres Negras Cristãs (EMNC), realizado em agosto de 2018 pelo Movimento Negro Evangélico em Recife e protagonizado pelo Comitê de Gênero e Direitos Humanos do referido coletivo.

meiro teve o objetivo de fomentar entre as mulheres negras evangélicas a discussão acerca da Justiça Reprodutiva. A campanha seguiu a perspectiva do feminismo negro, com discussões que versavam sobre planejamento familiar, direitos sexuais e reprodutivos, saúde da mulher, pobreza menstrual e violência sexual e de gênero. A proposta assentou-se na Bíblia em 1 Coríntios 6:19, que diz: “Acaso não sabem que o corpo de vocês é templo do Espírito Santo que habita em vocês, que lhes foi dado por Deus, e que não sois de homem algum?”, e utilizou textos, imagens, lives e uma cartilha para debater o tema. Propondo um diálogo hermenêutico plural, a campanha também abordou um dos temas mais complexos nas congregações religiosas: o aborto. O post no Instagram e Facebook intitulado O aborto não me agrada, 9 jul. 2022, explicita recomendações como: a) não emitir julgamentos na decisão de outra mulher, mas buscar desenvolver ações de acolhimento; b) as convicções religiosas não podem suplantar a autonomia corporal, portanto toda a ação deve ser fundamentada no respeito, na atenção médica segura e acessível a todos.

Nesta direção, a cartilha do Projeto Meu Corpo é Templo (2022, p.2) estabelece uma reflexão sobre o corpo físico e sua dimensão espiritual: “a violência contra o corpo das mulheres é violência contra o próprio Deus. E nenhuma pessoa pode interferir em suas escolhas, mulher, nem marido, nem pai, nem pastor ou líder religioso”. Essas concepções de “releitura” da Bíblia são definidas pela teóloga Odja Barros (2020, p.89) como uma experiência “de intertextualidade entre dois corpos. O nosso corpo, a nossa vida e experiências, entram em diálogo com a vida, a história e os corpos das mulheres da Bíblia”.

Os *posts* citados reafirmam a ideia do autocuidado, da importância de uma educação sexual para as jovens, o acesso a métodos contraceptivos e ações para evitar a gravidez, assim como o respeito às pessoas que optam pelo aborto. Desconstroem estereótipos em torno das mulheres negras evangélicas, assim como problematizam as imagens de controle (Bueno, 2020) que buscam fixar as mulheres negras em espaços de alienação racial e social e os fundamentalismos religiosos.

Nessa direção, a RMNE problematiza o fato de grandes teólogos serem homens brancos e apresentarem interpretações de textos bíblicos, seja na forma exegética – compreensão do contexto no qual o texto foi escrito – ou hermenêutica – interpretação dos textos sagrados e utilização no seu contexto de vida –, a partir de suas vivências, distanciando-se, portanto, das experiências de outros corpos, como da mulher da negra.

Simony dos Anjos (2019), ao analisar o contexto sociopolítico e religioso instaurado desde as eleições de 2018, propõe uma leitura dos grupos evangélicos para além da

exposição midiática que afirma, em muitos casos, apoio irrestrito dos cristãos evangélicos às ações do ex-presidente da República Jair Bolsonaro. Segundo a autora, é necessário que se compreenda que, “sim, as mulheres negras evangélicas também perdem seus filhos a cada 23 minutos, também morrem em abortos inseguros, também sofrem violências obstétricas, não têm moradia e emprego garantidos” (2019, p.6) e que todas essas pautas precisam estar presentes em um movimento que busca defender os interesses da mulher negra evangélica. Esta é uma das ideias presente no Manifesto Negro Protestante Brasileiro de 28 out. 2022 publicado no Facebook da RMNE. O referido documento expressa aos governantes, à comunidade negra e aos eleitores posicionamentos de denúncia do Racismo Estrutural; reivindicação do direito constitucional à crença e não crença; reconhecimento que algumas lideranças protestantes perseguem membros progressistas; afirmação de que durante o governo do ex-presidente da República Jair Bolsonaro a fé cristã foi utilizada para justificar o racismo, o machismo, a lgtbfobia; repúdio aos ataques às religiões de matriz africana; repúdio às desigualdades entre homens e mulheres na igreja.

O posicionamento político do grupo também é corroborado no *post* de 29 ago. 2022 no Facebook, na Carta à Equipe de Transição do Governo Lula-Alckmin, solicitando ao novo governo o compromisso com os direitos humanos e com a restituição dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. No Facebook do Núcleo Evangélicos do Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal (PT-DF), também é possível observar o forte engajamento das mulheres negras na discussão do cenário político brasileiro, como nos posts de convite ao Fórum da Consciência Negra Protestante e ao Ato pela Vida, manifestação organizada contra o governo do ex-presidente da República Jair Bolsonaro. Aqui, mais uma vez, as redes sociais funcionaram como instrumentos propagadores das ideias das igrejas protestantes progressistas. Nessa toada, as ações de articulação teológicas assumem dimensões políticas em defesa dos direitos humanos e contrárias à política de Jair Bolsonaro.

A partir dessa ancoragem documental dos grupos presentes no Instagram e Facebook, observa-se a busca de novos olhares e caminhos para a construção de uma identidade cristã evangélica, no estudo em questão, de uma identidade que abarque a complexidade da mulher negra nas congregações religiosas, onde existir é ser visto, ouvido e respeitado, reelaborando práticas e sentidos dominantes.

As redes sociais, no contexto da pandemia, conseguiram reunir pessoas que compartilhavam a mesma fé e propósitos, oportunizando um ambiente virtual acolhedor e encorajador e revelando, assim, o papel da comunidade religiosa no apoio à saúde mental em momentos de dor e conflitos (sejam elas de âmbito pessoal ou es-

10. Não estamos excluindo as outras formas de opressão presentes no processo identitário da mulher negra, mas sublinhando um aspecto que consideramos no tema em pauta fundamental explicitar.

trutural). É nesse movimento de resistência que projetos políticos e teológicos são redimensionados, quer seja em lutas internas, dentro das congregações religiosas, ou fora dela, na disseminação de representação política em processos eleitorais.

Vivências e aprendizagens no movimento evangélicoprogressista

As narrativas das mulheres negras evangélicas que vivem o tensionamento de professarem uma religião onde são invisibilizadas e experienciam o ativismo social – que demanda uma autoria social e política de resistência à ordem social vigente – sinalizam o corpo negro como um elemento base para a construção de práticas reivindicatórias e de novos conhecimentos. Esse corpo é pensado de forma contextual a partir do entrecruzamento das categorias de gênero e raça. Gênero é aqui compreendido como resultado de elaborações socioculturais de mediações e vínculos construídos historicamente por cada grupo social. Nesse processo, os distintos níveis de constituição da pessoa estão interrelacionados (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015). Cabe sublinhar que, na constituição identitária da mulher negra, o racismo estrutural¹⁰ precisa ser considerado como uma dimensão importante, pois as estruturas de poder se fazem presentes de formas distintas entre mulheres negras e não negras, tendo sido essas distinções ainda mais evidenciadas na pandemia diante das mortes que assolaram as mulheres negras por vários fatores rotineiros de opressão.

No contexto das igrejas evangélicas, o corpo tem centralidade, pois é concebido como “Templo do Espírito Santo de Deus” e, nesse sentido, merece respeito e cuidado. Os cuidados abrangem boa alimentação, distanciamento de bebidas alcoólicas, afastamento dos atos de desonestidade, adultério, incesto, prostituição e estupro. E, assim, “o corpo tem de ser rotinizado no trabalho diário, para dar lugar à sobras do Espírito” (Silva, 2015, p. 175). É o exercício de santificação que deve ocorrer no âmbito físico e espiritual.

Entretanto, o corpo das pessoas negras é marcado por uma narrativa eurocentrada na qual se aprende desde a infância a negação de si. É o corpo que “carrega a marca”, como diz uma frase da socióloga e militante negra Luiza Bairros (2022), a marca que é fruto da violência física e simbólica, da objetificação e invisibilização de sua humanidade. Um corpo que tem um processo atravessado pelo estupro, pela regulação de sua capacidade reprodutiva, enquanto objeto de exploração (reprodutoras de mão de obra escrava, amas de leite), e pela exotização. Nesse contexto, uma das formas de constituição da existência da mulher negra foi o controle social de seu corpo, pois o poder racializado opera em e por meio dos corpos (Brah, 2011).

Nas igrejas evangélicas, a negação do racismo é fundamentada no discurso “de que todos somos iguais perante Cristo” e “não podemos fazer acepção¹¹ de pessoas”, essas concepções bíblicas são tomadas como práticas efetivas da membresia da igreja e dessa forma não se problematizam os lugares ocupados pelos cargos de liderança, formados primeiros por homens não negros (na maioria das igrejas), depois homens negros, em seguida mulheres não negras e, em último lugar, mulheres negras; não se questiona a ausência de representação de pessoas negras na iconografia/imagens/materiais/produtos das/nas igrejas; a luta sócio-histórica de homens e mulheres negras para uma leitura afrocentrada da Bíblia, entre outros aspectos.

O corpo é, portanto, terreno social conflitivo que vivencia a busca da santificação, ao mesmo tempo que vive ininterruptamente o racismo. É nesse afluxo que compreende diferentes feixes de opressão que o corpo negro também se constitui território político historicamente construído por movimentos de resistências (López, 2015) que, no âmbito religioso, são relatados pelas interlocutoras da pesquisa como árduos, carregados de decepções e sofrimentos. São experiências de invisibilidade e de apagamento das suas histórias. Não obstante, esses impedimentos não impossibilitaram que as interlocutoras da pesquisa buscassem instituições religiosas que congregassem os princípios cristãos às lutas dos movimentos sociais, em especial do movimento negro, como podemos verificar no depoimento da professora e pastora Waldicéia:

A primeira igreja que nós frequentamos que trabalha em parceria é a Igreja Cristã de Brasília. Eu pensei que fosse morrer e isso não ia acontecer. Em todos os cultos que organizamos, fizemos parceria com a sociedade civil organizada: movimento social de Mulheres Evangélicas do Brasil, Rede de Mulheres Negras Evangélicas etc.

Cristina¹², corroborando o relato de Waldicéia, descreve a dificuldade em estar na igreja evangélica e possuir ideias feministas, aspectos, para ela, aparentemente inconciliáveis: “tive muita dificuldade, por ser feminista. Passei por várias igrejas, percebia o patriarcado. Quando criança gostava de violino, mas as mulheres da igreja não tocavam outro instrumento além do órgão”. A narrativa destaca a construção historicamente hierarquizante edificada nas igrejas, delimitando os espaços que homens e mulheres deveriam ocupar, assim como os conflitos emocionais que emergiram dessa experiência, um dos exemplos de como o protestantismo pode influenciar a saúde mental de seus/suas adeptos/as, seja de forma positiva ou negativa, pois a linguagem religiosa ainda produz práticas e relações sociais desiguais. De acordo com o Relatório do Projeto Cidadã de Fé (2020)¹³, a criação de novas

11. No contexto bíblico a palavra “acepção” diz respeito à preferência por alguém; preferência por pessoas, em razão de sua classe, privilégios, qualidade ou títulos.

12. Pseudônimo escolhido pela participante da pesquisa.

13. É fruto da pesquisa no contexto das redes sociais realizada de janeiro a setembro de 2020, que buscou aproximação com as mulheres evangélicas, preferencialmente pretas e pardas, oriundas das periferias.

14. Utilizo aqui uma categoria nativa que expressa a ideia de um Deusque, segundo a Bíblia em Colossenses 2,9, “nele habita corporalmente toda a plenitude da Divindade”.

15. A participante da pesquisa não optou pelo uso de pseudônimo na divulgação do trabalho

16. A concepção de pedagogia é compreendida aqui como esse conjunto de ideias e práticas de ensinosis-tematizadas que tem o objetivo de propagar seus princípios.

possibilidades de compreensão sobre a intersecção entre religião, negritude, gênero e política em contexto conservador brasileiro continua sendo um dos principais desafios das igrejas evangélicas progressistas.

Buscando romper com as narrativas anacrônicas, a Igreja Cristã de Brasília realiza cultos especiais, tematizando o combate à discriminação racial, o enfrentamento da intolerância religiosa e da violência contra as mulheres. Essas pautas geralmente não ocupam os púlpitos das igrejas protestantes com tradições conservadoras e nas igrejas progressistas assumem materialidade, pois, como afirma James Cone (2020b, p.216), não há libertação sem luta e sem transformação e nessa cinestesia temos “mente e o corpo em movimento, respondendo à paixão e ao ritmo da revelação divina”. Para a teologia negra, a libertação de todas as estruturas opressoras não pode ser desvinculada da luta histórica de liberdade das mazelas deste mundo. Utilizando como exemplos as histórias bíblicas protagonizadas por Moisés, que conduziu os israelitas ao rompimento da escravidão, e de Josué na batalha de Jericó, o teólogo estadunidense (2020b, p. 217) assevera que cada uma dessas histórias “ênfatizava a vontade de Deus de tornar a liberdade histórica uma realidade na terra dos oprimidos”.

É desse horizonte teológico que as interlocutoras da pesquisa vivenciam os processos de aprendizagem de um “Deus vivo”¹⁴ que acolhe indistintamente todas as pessoas e dissemina a justiça social. O sentimento de acolhimento também é compartilhado pela interlocutora Patrícia¹⁵ ao se referir à Igreja Coletivação: “é bom demais você ver uma igreja que todos têm acesso a Jesus. O movimento social está na igreja”. O relato evidencia um reavivamento da fé que acontece no processo de reelaboração e ressignificação de suas experiências religiosas a partir da cisão de uma hermenêutica tradicional e hegemônica de algumas igrejas, especialmente as de cunho pentecostal/neopentecostal.

Compreendemos que as igrejas progressistas desenvolvem o que denominamos aqui de uma “pedagogia¹⁶ teológica”, que abarca os seguintes elementos: o acolhimento (no sentido de inclusão e humanização) dos grupos socialmente excluídos, o diálogo e a prática política. Essas concepções são fundamentadas nas teorizações das pedagogias educacionais, nas pedagogias feministas e na teologia negra. O acolhimento compreende duas dimensões: o não julgamento e a escuta ativa. O primeiro diz respeito a uma postura de aceitação do contraditório em todas as pessoas, inclusive em nós mesmos. Uma atitude de inativação dos preconceitos e apreciações a respeito de um determinado fato. Essa ação é atrelada ao ouvir com atenção – escuta ativa.

O exercício do ouvir atencioso exerceu um papel preponderante nos encontros virtuais –via Google Meet– na época da pandemia, pois funcionavam como espaços de verbalização do sofrimento, do luto e da falta de perspectiva diante do risco iminente à vida e também de ações de esperança que eram exercidas nos momentos de oração. Cabe sublinhar que essa estratégia ainda é utilizada nos encontros de rodas de conversa e estudos bíblicos.

Nessa perspectiva, os encontros da Rede de Mulheres Negras Evangélicas, assim como os cultos e/ou formações dessas congregações no formato *on-line* ou presencial, utilizam também o diálogo na perspectiva freiriana como método para a base de seus trabalhos. O método dialógico, historicamente utilizado pelas pedagogias feministas, é retomado nesse cenário aproximando as pessoas com vivências similares, propiciando troca de saberes (Freire, 1987; Hooks, 2013). Essa ação, segundo Vanessa Barboza e Ana Souza (2020, p. 142), é “significativa na vida das mulheres negras evangélicas que lidam com contextos institucionais de extrema ambivalência, tanto na igreja quanto nos movimentos sociais ou em suas comunidades”.

Com efeito, a prática política, aqui entendida como o agir, fazer e intervir socialmente nos espaços institucionais e não institucionais, é o caminho de resistência, de produção de conhecimentos e partilha de saberes que imprime dinamicidade à vida cristã das mulheres negras evangélicas (Barboza; Souza, 2020). Assim, a elaboração do Manifesto da RMNE difundido nas redes sociais do grupo e os encontros na Igreja Cristã de Brasília que discutiam a violência contra as mulheres (e outros temas sociais) evidenciam o protagonismo das mulheres negras e as pautas do movimento interreligioso e do movimento negro. São ações e vozes que constroem um movimento de repensar a concepção hegemônica da fé.

As vivências no movimento social atreladas às experiências religiosas nas igrejas progressistas fortalecem a comunhão entre pares. Nesse processo, a ideia de ajuntamento de mulheres constitui uma importante ferramenta de resistência e práticas políticas das mulheres negras (Carneiro, 2003; Davis, 2016), como podemos verificar no depoimento de Cristina, quando afirma que foi no Movimento Social de Mulheres Evangélicas do Brasil (MOSMEB) que vivenciou o processo de autorreconhecimento como mulher negra. A interlocutora destaca ainda que os espaços de educação não formal dos movimentos sociais são importantes para a formação identitária e, também, para as construções teológicas comprometidas com as causas sociais.

E me reconheci como mulher negra nos movimentos sociais. Foi no meu contato com a pastora Wal. Ela foi muito importante para este re-

conhecimento. Minha vivência no movimento de mulheres, movimento religioso, me ensinou muita coisa [...] eu gosto de estudar a Bíblia e ver nela a possibilidade de justiça social.

A dimensão pedagógica dos movimentos sociais também é reafirmada por Aline¹⁷ quando diz: “o movimento social me ensinou a olhar de forma mais acolhedora para as pessoas, desenvolveu em mim um processo reflexivo e crítico, principalmente no que se refere às mulheres negras”. É nesse processo de autoformação que compreendemos ser importante pensar as aprendizagens construídas nos movimentos constituídos por mulheres negras, considerando as especificidades que envolvem esse grupo social, pois, como afirma Stephanie Ribeiro (2018, p.264), não podemos pensar as mulheres negras de forma homogênea, pois “não existe uma mulher negra” (grifo da autora). Conhecemos e apreendemos o mundo de diferentes formas e nesse processo de interação com o outro, vivências e sentidos que atribuímos às coisas, nos constituímos como sujeitos políticos plurais.

Glória Gohn (2014, p. 4), ao estudar os processos de aprendizagem construídos em movimentos participativos civis, como os movimentos sociais, destaca que na educação não formal o contexto assume um papel fundamental, pois é “o cenário, o território de pertencimentos dos indivíduos e grupos envolvidos”. Nessa perspectiva, a aprendizagem e a produção de saberes são uma construção sedimentada por escolhas, condicionalidades e intencionalidades. A experiência da participação em ações coletivas constitui uma ferramenta “motivadora” para a escolha do caminho de cada sujeito. Nesse processo, os movimentos sociais e a religião compõem espaços importantes na (re)construção de conteúdos e significados dos saberes produzidos nessas esferas.

O relato de Patrícia também sublinha o diálogo dos espaços formativos – como a escola – com os movimentos sociais como uma estratégia para a formação dos estudantes de camadas sociais mais baixas, assim como para o enfrentamento das drogas.

Eu vim de classe baixa, enfrentei o alcoolismo, que teve início muito cedo. Imagina uma menina que, para curar a sua dor da perda do pai e ausência da mãe, tomava álcool. Aos 14 anos conheci um professor de Educação Física, bem engajado com as questões sociais. Foi ele que buscou me resgatar da dependência química. É muito bom quando você tem professores que conhecem a tua luta.

A narrativa expõe duas questões: as experiências da interlocutora da pesquisa com contextos interseccionais de raça, classe e gênero e a concepção de pedagogia en-

gajada de bell hooks. Em relação à primeira questão, observa-se “como estruturas de privilégio e opressão se entrecruzam em diferentes níveis e se manifestam na vida cotidiana das mulheres e na construção de suas identidades” (Sardenberg, 2015, p. 15). Tal fato coloca em questão a necessidade de ampliarmos nosso olhar para além dos marcadores sociais e falarmos da questão na perspectiva dos sistemas de poder, ou seja, do classicismo, do sexismo, do racismo, considerando a amplitude do conceito de interseccionalidade e sua indivisibilidade com a justiça social (Macedo, 2023). Acreditamos ser esse caminho essencial para construirmos referenciais práticos, que compreendam o que efetivamente cria e sustenta as estruturas de desigualdades e opressões, que atingem tantas meninas negras em idade escolar.

Convergindo com esse pensamento, podemos falar de uma educação que tem como base a formação holística do sujeito e o estímulo ao senso crítico, atrelado a uma prática efetiva da libertação de todas as formas de opressão. Esse fazer pedagógico é o que bell hooks (2020) denomina de pedagogia engajada. Imbuída das concepções do educador Paulo Freire, bell hooks vê a educação intrinsecamente vinculada à luta por justiça social. Nesse sentido, os educadores devem assumir a posição de aprendizado constante, “seres inacabados”, pois qualquer mudança no ato pedagógico exige primeiramente uma transformação interna. Na linha desse pensamento, Maria Gohn (2014) afirma que os processos educativos que compõem a formação dos sujeitos (seja no âmbito da educação não formal, formal ou informal) devem ser promotores de inclusão social, com projetos de emancipação que objetivem transformações existenciais substantivas na educação.

Para compreendermos as lutas das mulheres negras evangélicas em sua densidade, especialmente em momento crítico de risco à vida, como a pandemia e o período logo após o seu ápice, é fundamental pensarmos na constituição sócio-histórica de nossa sociedade e nos movimentos de resistências do povo negro. Nessa direção, podemos afirmar que o reconhecimento e a nomeação de atos discriminatórios-comoracismo compõem ações basilares nas congregações religiosas. Essa pauta é uma das principais reivindicações da Rede de Mulheres Negras Evangélicas no Manifesto Negro Protestante Brasileiro, que tem o objetivo de construir uma proposta hermenêutica evangélica libertária e plural nas igrejas progressistas.

As interfaces contemporâneas das igrejas evangélicas: considerações finais.

A pandemia suscitou mudanças nas atividades pastorais, seja na forma de olhar as necessidades das pessoas naquele momento, seja na forma de anunciar o Evangelho ao mundo. Essa anúncio vem acompanhada de demandas sócio-políticas que transbordaram a experiência social de homens e mulheres negras. O momento trouxe sofrimento, mas também a oportunidade de construir cenários humanizantes e reflexivos a respeito do que vivem as mulheres negras nos diferentes segmentos protestantes.

Neste artigo buscamos apresentar as “vozes” negras que vêm constituindo a (r) existência dos movimentos evangélicos, especialmente no Distrito Federal, a partir do entrelaçamento das categorias raça e gênero, utilizando como referência de análise os jornais, as mídias sociais e as narrativas de mulheres negras evangélicas. Assim, observou-se que, nas congregações progressistas, o trabalho pastoral se alinha com as ideias de liberdade individual, coletiva e justiça social defendidas nos movimentos sociais. O processo educativo gerado a partir da vivência no ativismo social ganha amplitude nas ideias da Bíblia que mostram que Deus é um pai amoroso e justo com seus filhos. Nessa perspectiva, “o Senhor é ativo na história da humanidade, ficando ao lado dos oprimidos na terra”, é um “Deus que não é indiferente na luta racial” (Cone, 2020a, p. 59).

Entretanto, os textos jornalísticos apresentavam temas gerais sobre a população negra, sem destaque para as questões que dizem respeito ao movimento evangélico progressista. Ao acentuar as narrativas do fundamentalismo religioso e relegar outras, a mídia impressa também reforça a concepção dos evangélicos como um grupo homogêneo. A ausência e/ou indiferença em relação aos novos movimentos evangélicos organizados por mulheres negras também reforçam a discriminação e a exclusão desse grupo na defesa de suas pautas, pois a mídia funciona como uma vitrine e, se as mulheres negras evangélicas não aparecem nela, tem-se a impressão de que elas não existem.

As mulheres negras adquirem presença afirmativa e potente nas redes sociais, nas congregações religiosas e nas discussões políticas. As entrevistas e o material produzido pela Rede de Mulheres Negras Evangélicas assinalam um repensar das mulheres negras do seu lugar no mundo e no Evangelho. Ao discutir temas como a violação dos direitos sociais e humanos (pauta presente no Manifesto RMNE), a violência contra Mulheres em seminários nos templos religiosos (atividade organizada pela pastora Waldicéia), as interlocutoras abrem caminhos para novos espaços de resistência, mostrando que “a luta das mulheres negras não é apenas sobre sobrevivência, é sobre vivência de abundância de justiça e paz para todas as pessoas” (Barboza, 2019, p. 160).

Ao tematizarem essas questões nos espaços públicos, como a internet, cria-se uma “forma narrativa” e “força de persuasão para o ativismo político” (Montero, 2018, p. 159), produzindo assim uma nova “forma de fazer religião” que “sacraliza (moraliza) problemas privados tornando-os públicos” (Montero, 2018, p. 160). Ademais, a forma como foram produzidas as atividades possibilitou que a ação política e a ação religiosa dialogassem em uma comunicação objetiva e reflexiva, sublinhando os agentes religiosos em uma prática de acolhimento cristão. Foi nesse movimento que as mulheres negras fortaleceram suas lutas e amplificaram seus diálogos com a membresia da igreja, outros grupos religiosos e movimentos sociais do Distrito Federal, de outros estados e países.

A comunicação religiosa empreendida na pandemia extravasou esse período nefasto do coronavírus, reafirmando sua necessidade no pós-pandemia, sobretudo no que diz respeito à discussão de temas que ainda integram a espiral do silêncio dos templos religiosos. Assim, atividades online, como reuniões e congressos, continuam sendo utilizadas como importantes ferramentas discursivas multiplicadoras das concepções defendidas pelo movimento das igrejas progressistas.

Os repertórios jornalísticos e as entrevistas constituem modos e lugares de enunciação das mulheres negras evangélicas. Esse conjunto de informações possibilita mostrar outros saberes e olhares para o campo religioso e seus diálogos com os movimentos sociais. São formados, portanto, novos processos de “politização” e “conscientização” nos espaços em que essas mulheres estão inseridas. São movimentos, nas palavras de Flávia Melo (2021), de “florescimento”, que vêm formando uma via importante para o exercício sociopolítico do ser-mulher-negra-evangélica.

Apesar de essas comunidades ainda serem pequenas e estarem pulverizadas no Brasil, elas vêm modelando práticas específicas de articulação de vida comunitária formada por vínculos religiosos com o ativismo social e ancoradas em narrativas de publicização de suas pautas (Monteiro, 2018).

Os discursos produzidos no contexto da pesquisa mostram disputas, tensões e transformações no âmbito religioso. São processos que marcam, para fraseando Lélia Gonzalez (1980), “a conquista de tornar-se negra”, como no caso de Cristina, mas também aprendizados formados nas congregações religiosas, como a discussão da desigualdade social pelo viés racial, práticas dos movimentos sociais que vêm ganhando novos adeptos e espaços nas igrejas. Nessa direção, observa-se que as mulheres negras protestantes têm em sua base vivencial a Escritura para a compreensão da vida e do sentido que lhe atribuem, porém essa lente também é amparada nos princípios da equidade racial.

Esperamos que, com esta pesquisa, tenhamos contribuído para reflexões que ultrapassem a ideia de pensar as igrejas evangélicas como um bloco monolítico e essencialmente conservador e suscitem novos olhares para os deslocamentos e as elaborações que essas mulheres negras ativistas produzem no campo religioso protestante. E, nesse sentido, compreendam as composições religiosas “como uma dimensão da vida situada histórica e culturalmente, multifacetada, polifônica e polissêmica” (Natividade, 2017, p.30). Neste aspecto, o presente artigo, sem esgotar as possibilidades de análise do material empírico coletado nesta pesquisa, buscou apresentar, nos limites destas páginas, os movimentos que estão sendo organizados dentro das congregações religiosas progressistas, na luta pelo reconhecimento e valorização da diversidade, em um âmbito político e social, bem como expressões que apresentaram no momento da pandemia e logo após, mantendo-se com o perfil que os caracterizou nesse período. Ao se afirmarem presentes, atuantes e protagonistas nas igrejas, as mulheres negras transformam-se em agentes políticos de referência que estabelecem diálogos, provocam tensões e constroem outras narrativas, experiências dinâmicas e polifônicas junto ao plano espiritual e ao bem-viver aqui e agora, que merecem outros estudos no campo das Ciências Sociais.

Referências

ANJOS, S. C. T. A formação da população evangélica brasileira é homogênea? Revista Reconexão Periferias, Fundação Perseu Abramo, n. 6, p. 4-6, out. 2019. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Revista-6-web.pdf>.

BAIRROS, L. (Org.). Raça e Democracia nas Américas [Dossiê]. Caderno CRH, Salvador, Centro de Recursos Humanos – UFBA, v. 15, n. 36, pp. 13-8, 2002.

BARBOZA, V. M. G.; SOUZA; A. P. A. de. Mulheres Negras Evangélicas e o Processo de Autoformação. *Interritórios*. Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, v.6 n.10, 2020.

BARBOZA, V. M. G. Pretas cristãs: reflexões sobre a autoformação no movimento progressista evangélico. Dissertação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE. Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, 2019.

BARROS, O. *Flores que rompem raízes: leitura popular e feminista da Bíblia*. São Paulo: Recriar, 2020.

BUENO, W. *Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patrícia Hill Collins*. Porto Alegre: Zouk, 2020.

CAMPOS, I. S. Em tempos de pandemia, qual o lugar do sagrado? Uma breve análise etnográfica sobre a agência de atores religiosos em Pelotas (RS). *Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*, 7(1), 2020.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Revista Estudos Avançados* 17 (49), 2003.

CONE, J. *Teologia negra*. São Paulo, Recriar, 2020a.

CONE, J. *Deus dos oprimidos*. São Paulo, Recriar, 2020b.

DAVIS, A. *Mulheres, raça classe*. Trad. Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2009.

GOHN, M. da G. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. *Investigar em Educação*, IIª Série, n. 1, 2014.

GONZALEZ, L. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 31 out. 1980.

HOOKS, b. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Elefante, 2020.

HOOKS, b. *Ensinando a transgredir – a educação como prática da liberdade*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, G. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KÜCHEMANN, B. A.; BANDEIRA, L. M.; ALMEIDA, T. M. C. A categoria gênero nas Ciências Sociais e sua interdisciplinaridade. *Revista do CEAM*, v. 3, n. 1, jan./jun. 2015.

LÉTOURNEAU, J. *Ferramentas para o pesquisador iniciante*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LÓPEZ, L. C. C. O corpo colonial e as políticas e poéticas da diáspora para compreender as mobilizações afro-latino-americanas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 301-330, jan./jun. 2015.

MACEDO, A. C. *Sobre interseccionalidade*. Brasília: Filos, Brasil, 2023.

MAFRA, C. *Os evangélicos*. Jorge Zahar, 2001.

MELO, F. V. C. Braga. *Ruah está soprando as flores: mulheres e suas militâncias no fazer teológico feminista no Brasil*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal de Goiás, 2021.

MONTERO, P. Fazer religião em público: encenações religiosas e influencia pública. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 24 (52):131-164, 2018.

MOTTA, L. G. *Narratologia: teoria e análise da narrativa jornalística*. Brasília: Casa das Musas, 2005.

NATIVIDADE, M. T. Cantar e dançar para Jesus: sexualidade, gênero e religião nas igrejas inclusivas pentecostais. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 37(1): 15-33, 2017.

RIBEIRO, S. Quem somos: mulheres negras no plural, nossa existência é pedagógica. Em: HOLLANDA, H. B. de (Org.). *Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SARDENBERG, C. Caleidoscópios de gênero: Gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. *Mediações*. v. 20, n. 2, jul.-dez., p. 56-96, 2015.

SILVA, V. G. da. Religião e identidade cultural negra: católicos, afrobrasileiros e neopentecostais. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v.20, n. 20, jan./dez. 2011.

SILVA, E. As mulheres protestantes: educação e sociabilidades. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, ano VII, n. 21, jan./abr. 2015.

VITAL DA CUNHA, C. Irmãos contra o império: evangélicos de esquerda nas eleições 2020 no Brasil. *Debates do NER*, v. 21, p.13-80, 2021.

Outras fontes:

Cartilha Meu corpo é templo. Disponível em: https://dfeb7edd-b977-4fd0-a74f-582e72fcf40b.usrfiles.com/ugd/dfeb7e_31a4a4d46f7e498b963576e059a0bc71.pdf. Acesso em: 7 jun. 2021.

Projeto Cidadã de Fé. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1i91zmWEqw-JmOOBeCrmWlhFMhMDTPxu3u/view> Acesso em: 7 jun. 2021.



Este es un artículo publicado en acceso abierto bajo la licencia Creative Commons Attribution, que permite el uso, distribución y reproducción en cualquier medio, sin restricciones, siempre que se cite correctamente la obra original.